Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

LOOP Gestão de Pátios S.A.

CNPJ nº 19.395.452/0001-48

Demonstrações Contábeis - Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Loop Gestão de Pátios S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. São Paulo, 28 de Abril de 2023. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**19.281**	**17.559**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.656	76
Aplicações Financeiras	6.438	9.477
Clientes	555	602
Outros Ativos Financeiros	1.471	1.796
Ativos Fiscais	152	46
Outros Ativos	9.009	5.562
Não Circulante	**26.698**	**26.979**
Depósitos Judiciais	193	186
Ativos Fiscais Diferidos	14.971	14.971
Ativo Tangível	7.878	8.250
Ativo Intangível	3.656	3.572
Total do Ativo	**45.979**	**44.538**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**31.023**	**37.635**
Contas a Pagar	7.755	5.647
Empréstimos e Financiamentos	17.508	28.564
Impostos a Pagar	451	429
Salários a Pagar	572	1.163
Provisões	1.342	100
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.680	433
Arrendamento Mercantil	1.715	1.299
Não Circulante	**23.436**	**4.187**
Empréstimos e Financiamentos	19.600	167
Arrendamento Mercantil	3.781	4.020
Provisões para contingências	55	-
Patrimônio Líquido	**(8.480)**	**2.716**
Capital Social	46.232	46.232
Prejuízos Acumulados	(54.712)	(43.516)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**45.979**	**44.538**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Líquido			
	Capital Social	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**46.232**	**(16)**	**(34.120)**	**12.096**
Capital a Integralizar	-	16	-	16
Prejuízo do Exercício	-	-	(9.396)	(9.396)
Saldos em 31/12/2021	**46.232**	**-**	**(43.516)**	**2.716**
Prejuízo do Exercício	-	-	(9.577)	(9.577)
Ajuste do exercício anteriores	-	-	(1.619)	(1.619)
Saldos em 31/12/2022	**46.232**	**-**	**(54.712)**	**(8.480)**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Líquidas de Prestação de Serviços	24.172	16.782
Custos dos Serviços Prestados	(11.839)	(9.831)
Lucro Bruto	**12.334**	**6.951**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas com Pessoal	(8.631)	(7.549)
Despesas Administrativas	(3.930)	(3.218)
Despesa com Depreciação e Amortização	(3.512)	(3.405)
Provisão para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(449)	400
Outras Receitas (Despesas)	55	(883)
Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	**(4.133)**	**(7.704)**
Resultado Financeiro	(5.444)	(1.692)
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CS	**(9.577)**	**(9.396)**
IR e Contribuição Social Diferidos	-	
Prejuízo do Exercício	**(9.577)**	**(9.396)**
Nº de Ações (Mil)	45.575	45.575
Resultado por ação - básico e diluído	**(0,21)**	**(0,21)**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do Exercício	(9.577)	(9.396)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(9.577)**	**(9.396)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Do Exercício	**(9.577)**	**(9.396)**
Ajustes ao Prejuízo		
Provisão p/ Perda s/Créditos Liquidação duvidosas	449	(400)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(553)	(271)
Depreciação e Amortização	3.512	3.405
Baixas de imobilizado	699	413
Baixas de arrendamento mercantil	(1.122)	-
Baixas de intangível	-	85
Juros s/ Arrendamentos mercantil	543	561
Juros s/ Empréstimos e Mútuo	2.925	1.147
Variação Cambial s/ Empréstimos no Exterior	(1.802)	(380)
Ajuste a Valor Justo de Derivativos	3.931	840
Ajuste de anos anteriores	(1.619)	-
	(2.614)	**(3.996)**
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(402)	168
Outras contas a receber	325	(323)
Impostos a recuperar	(106)	694
Depósitos judiciais	(7)	(1)
Outros ativos	(3.447)	(843)
Contas a pagar	2.108	591
Salários a pagar	(591)	403
Provisões	1.297	(734)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.684)	(407)
Impostos a pagar	22	(144)
Caixa aplicado nas operações	**(6.099)**	**(4.592)**
Juros sobre arrendamento mercantil pagos	**(547)**	
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(656)	(465)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(7.302)**	**(5.057)**
Fluxo de caixa de atividades de Investimento		
Aquisições de imobilizado	(192)	(1.379)
Aquisições de Ativo Intangível	(1.361)	(1.517)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	3.592	(8.382)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**2.039**	**(11.278)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos, líquido	7.910	16.462
Pagamentos de arrendamento mercantil	(1.614)	(856)
Integralização de Capital	-	16
Caixa gerado em atividades de financiamento	**6.843**	**15.622**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.580**	**(713)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**76**	**789**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**1.656**	**76**
Informações Complementares: Juros Pagos	656	465

NOTAS EXPLICATIVAS

A LOOP Gestão de Pátios S.A. ("LOOP"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Projetada Um, 143, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo - Brasil, constituída em 4 de novembro de 2013 e possui como objetos sociais a operação e manutenção de pátios destinados exclusivamente à remoção, liberação e apreensão de veículos; organização, divulgação e realização de leilão de veículos e outros bens móveis ou imóveis, sejam eles presenciais ou através de internet, televisão e outros meios de comunicação; o agenciamento, a remoção e a guarda de veículos; a intermediação de negócios nas áreas comercial e de serviço relacionados aos itens aqui indicados; a compra e venda de veículos e a promoção de financiamento direto ou indireto a seus clientes.

Diretoria

Diretor Presidente - **Ricardo Ferraz Luz**
Diretor Financeiro - **Rafael Ribeiro**

Conselho de administração

Presidente - **Eduardo de Morais Jurcevic**
Conselheiro - **Emilio Sanches Salgado Junior**
Conselheiro - **Andre de Carvalho Novaes**
Conselheiro - **Luís Maria Castelo Branco de Assis Teixeira**

Contabilista

Renata Melloni - CRC 1SP 284.533/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Examinamos as demonstrações financeiras, da Loop Gestão de Pátios S.A ("**LOOP**" ou a "**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado na base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 12 de Abril de 2023.
Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 | **Danhiel Augusto Reis** - Contador CRC 1SP254522/O-0

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27/01/2023

Data, Hora e Local: Aos 27/01/2023, às 9h, na sede social da **Vigor Alimentos S.A.,** localizada na Cidade de SP/SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Mesa:** Alberto Alfredo Arellano Garcia - Presidente; Paula Nogueira Andrade Cunha - Secretária. **Convocação e Presença:** Devidamente formalizadas nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a destituição do Sr. **Luis Henrique Gennari** do cargo de Diretor-Presidente; (ii) a eleição do Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** para o cargo de Diretor-Presidente; e (iii) outros assuntos de interesse dos membros presentes. **DELIBERAÇÕES:** Após exame do item constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por totalidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) Fica destituído do cargo de Diretor-Presidente o Sr. **Luis Henrique Gennari,** brasileiro, casado, administrador, RG 20.241.729-3 SSP/SP e CPF 112.166.298-62, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar - Brás, SP/SP, CEP 03019-900. (ii) Fica nomeado para o cargo de Diretor-Presidente, o Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** cidadão mexicano, nascido em 10/04/1980 em Coahila de Zaragoza, casado, tecnólogo, CPF 718.682.721-76, portador do passaporte G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, em 11/11/2016 e com validade até 11/11/2026, residente e domiciliado no México, com endereço profissional na Rua Carlos Herrera Araluce, 185, Parque Industrial Carlos A Herrera Araluce, na cidade de Goméz Palacio, Durango, México, o qual exercerá o mandato de 3 anos a contar da presente data (com procurador devidamente constituído nos termos do Artigo 146, §2º da Lei 6.404/76, o Sr. Felipe Tonon Chiovatto, cidadão brasileiro, casado, auditor interno, CPF 271.997.698-90 e RG 26.462.138-4, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Av. Francisco Matarazzo, 1.350, Torre I - 7º andar, bairro Água Branca, CEP 05001-100). O Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** ora eleito para o cargo de Diretor-Presidente, neste ato declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foi condenado ou está sob os efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, o Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** ora eleito, tomará posse em seu respectivo cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia em até 30 dias a contar da presente data, conforme previsto no §1º do Artigo 149 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/79). (iii) Fica ratificada a eleição dos membros da diretoria da Companhia nos seguintes termos: **(a) Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** cidadão mexicano, nascido em 10/04/1980 em Coahila de Zaragoza, casado tecnólogo, CPF 718.682.721-76, portador do passaporte G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, em 11/11/2016 e com validade até 11/11/2026, residente e domiciliado no México, com endereço profissional na Rua Carlos Herrera Araluce, 185, Parque Industrial Carlos A Herrera Araluce, na cidade de Goméz Palacio, Durango, México, nomeado para o cargo de Diretor-Presidente, tendo sido eleito neste ato para mandato de 3 anos, que se encerrará em 23/01/2026; e **(b) Emerson Paiva Inacio,** brasileiro, engenheiro civil, casado, CI 1.993.474, CPF 687.832.219-72, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar - Brás, SP/SP, CEP 03019-900, nomeado para o cargo de Diretor de Finanças e de Administração e Controle, tendo sido reeleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/01/2023, a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP sob nº 23.400/23-7, em sessão de 17/01/2023, para mandato de 3 anos, que se encerrará em 02/01/2026. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme foi por todos assinada. Mesa: Alberto Alfredo Arellano García - Presidente; Paula Nogueira Andrade Cunha - Secretária. Conselheiros Presentes: Alberto Alfredo Arellano García, Manuel Alejandro Zenteno Sanchez e Daniel Espinosa Herrera. SP, 23/01/2023. Mesa: Presidente: Alberto Alfredo Arellano García; Secretária: Paula Nogueira Andrade Cunha. Conselheiros Presentes: Alberto Alfredo Arellano García (p.p. Felipe Tonon Chiovatto); Manuel Alejandro Zenteno Sanchez (p.p. Felipe Tonon Chiovatto); e Daniel Espinosa Herrera (p.p. Felipe Tonon Chiovatto). **JUCESP -** 62.015/23-0 em 07/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" HOSPITAL E MATERNIDADE SOTERO DE SOUZA - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE

CNPJ 66.518.267/0038-75

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)

ATIVO	Notas	2022
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalente de Caixa	4	4.745.043,20
Adiantamentos a Empregados	5	109.643,30
Adiantamentos para Despesas		3.000,00
Estoques	6	2.118.571,70
Despesas Antecipadas		15.111,38
		6.991.369,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	7	1.078.527,00
		1.078.527,00
TOTAL DO ATIVO		**8.069.896,58**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2022
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		2.340.246,47
Obrigações Trabalhistas	8	563.906,65
Obrigações Sociais e Fiscais	9	400.016,26
Contas a Pagar		10.942,21
Provisões para Férias e Encargos		1.456.014,90
		4.771.126,49
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Bens Públicos em nosso poder	10	1.078.527,00
		1.078.527,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Superávit do Exercício	23	2.394.726,40
Transferências Patrimoniais		(174.483,31)
		2.220.243,09
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**8.069.896,58**

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)

	Superávit Acumulado	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**-**	**-**	**-**
Transferências Patrimoniais	-	(174.483,31)	(174.483,31)
Superávit do Exercício	2.394.726,40	-	2.394.726,40
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.394.726,40**	**(174.483,31)**	**2.220.243,09**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)

	Notas	2022
RECEITAS LÍQUIDAS	**11**	**38.075.390,13**
Contratos de Contratos de Gestão	12	39.279.975,69
Realização de Bens Públicos em nosso poder		17.348,29
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(1.095.875,29)
(-) Glosas sobre Contratos de Gestão		(126.058,56)
CUSTOS		**(34.087.860,67)**
Pessoal e Reflexo	14	(13.890.312,28)
Serviços Terceirizados	15	(16.724.963,34)
Medicamentos e Materiais de Consumo	16	(3.472.585,05)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	21	(2.920.266,92)
(-) Isenção da CPP Usufruída	21	2.920.266,92
(=) RESULTADO BRUTO		**3.987.529,46**
DESPESAS		**(3.024.642,98)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.122,70)
Despesas Gerais	17	(3.021.520,28)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		**1.053.474,04**
Outras Receitas		1.053.474,04
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		**2.016.360,52**
RESULTADO FINANCEIRO	**13**	**378.365,88**
Receitas Financeiras		384.576,24
(-) Despesas Financeiras		(6.210,36)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**23**	**2.394.726,40**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)

	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Superávit do Exercício	2.394.726,40
(Aumento) Redução do Ativo	
Adiantamentos a Empregados	(109.643,30)
Adiantamentos para Despesas	(3.000,00)
Estoques	(2.118.571,70)
Despesas Antecipadas	(15.111,38)
Aumento (Redução) do Passivo	
Fornecedores	2.340.246,47
Obrigações Trabalhistas	563.906,65
Obrigações Sociais e Fiscais	400.016,26
Provisões para Férias e Encargos	1.456.014,90
Outras Obrigações	10.942,21
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**4.919.526,51**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(1.095.875,29)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(1.095.875,29)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado	1.095.875,29
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(174.483,31)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**921.391,98**
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	**4.745.043,20**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Disponibilidades no Início do Exercício	-
Disponibilidades no Final do Exercício	4.745.043,20
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	**4.745.043,20**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura da Estância Turística de São Roque** o **Contrato de Gestão nº 01/2022**, com prazo de vigência de 12 meses, contados a partir de 21 de fevereiro de 2022, no montante de R$ 40.394.685,08 a ser repassado em 12 parcelas, visando a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde na **Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Roque**. Em 06/07/2022 foi assinado o 1º Termo Aditivo, no montante de R$ 985.312,75, visando a adequação do imóvel para implantação de 8 leitos da UTI II Adulto. Em 15/07/2022 foi assinado o 2º Termo Aditivo, no montante de R$ 4.285.853,23 a ser acrescentado nos repasses de custeio dos meses de julho de 2022 à janeiro de 2023. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormetne definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.c) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

BANCO – CONTA MOVIMENTO	2022
Banco Santander (Brasil) S.A.	695,70
	695,70

BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2022
Banco do Brasil S.A.	4.744.347,50
	4.744.347,50

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	2022
Adiantamentos de Ordenados	109.643,30
	109.643,30

6. ESTOQUES	2022
Dietas Parenterais	2.910,00
Nutrição Enteral	27.583,11
Materiais de Laboratório / Reagentes	870,99
Medicamentos	1.132.801,42
Materiais Médico / Hospitalar	520.771,41
Materiais de Expediente / Escritório	23.039,48
Materiais de Manutenção	8.970,18
Materiais de Informática	5.031,64
Materiais de Limpeza e Descartáveis	57.505,34
Materiais de EPI e EPC	5.901,53
Materiais Cirúrgico	7.902,85
Materiais de Higiene	3.313,64
Gêneros Alimentícios	40.777,83
Utensílios de Copa	13.862,53
Materiais Impressos	3.423,61
Peças e Acessórios	5.011,46
Uniformes e Rouparias	146,00
Gases Hospitalares	255.255,18
Utensílios Diversos	3.493,50
	2.118.571,70

7. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2022
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	983.312,75
Máquinas e Equipamentos	10%	18.310,00
Aparelhos e Inst. de Uso Médico	10%	4.056,00
Equipamentos de Informática	20%	4.127,80
Móveis e Utensílios	10%	86.068,74
(-) Depreciação Acumulada		(17.348,29)
		1.078.527,00

Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura da Estância Turística de São Roque, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2022
Salários a Pagar	561.615,32
Pensões Alimentícias a Pagar	2.291,33
	563.906,65

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	2022
INSS a Recolher	95.597,09
FGTS a Recolher	127.368,14
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	1.294,54
IRRF a Recolher	73.600,00
IRRF Retido de PJ a Recolher	24.545,98
CSRF a Recolher	76.194,38
INSS Retido de PJ a Recolher	770,79
ISS Retido de PJ a Recolher	645,34
	400.016,26

10. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 1.078.527,00 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do Contrato de Gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **11. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

12. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO	2022
Contrato de Gestão 01/2022 (Santa Casa)	39.279.975,69
	39.279.975,69

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	384.177,64
Descontos Obtidos	398,60
(-) Tarifas Bancárias	(1.860,15)
(-) Juros e Mora Comerciais	(4.346,84)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(3,37)
	378.365,88

14. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO	2022
Remunerações	12.052.000,41
Benefícios	831.552,61
Encargos Sociais	1.006.759,26
	13.890.312,28

15. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	2022
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas	14.401.763,09
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	2.323.200,25
	16.724.963,34

16. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	2.160.237,87
Materiais de Consumo	1.066.780,01
Materiais de Conservação e Reparos	116.347,67
Outros Materiais e Insumos	129.219,50
	3.472.585,05

17. DESPESAS GERAIS	2022
Contas de Consumo	571.320,87
Aluguéis	1.277.110,73
Administrativas	1.087.552,15
Bens não Imobilizado	48.679,54
Outras Despesas Gerais	36.856,99
	3.021.520,28

18. COBERTURAS DE SEGUROS A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **19. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **20. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **21. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 2.920.266,92 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

	2022
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	2.920.266,92
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	-
	2.920,266,92
(-) Isenção Usufruída:	
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(2.920.266,92)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas	-

22. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL) Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **23. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** O Superávit do Exercício de 2022 foi de R$ 2.394.726,40. São Roque, 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

Dr. Mário Santoro Junior
Gerente de Desenvolvimento Institucional
CONTADOR
Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório - Gestão em Saúde

Consultas Médicas	1º Sem/2022 Cont.	1º Sem/2022 Real.	2º Sem/2022 Cont.	2º Sem/2022 Real.	Total 2022 Cont.	Total 2022 Real.	%
Primeiras Consultas Rede	9210	4167	11052	8322	20262	12489	**-38,36**
Interconsultas	1500	2968	1800	1992	3300	4960	**50,30**
Consultas Subseqüentes	10715	12001	12858	13567	23573	25568	**8,46**
Total	**21425**	**19136**	**25710**	**23881**	**47135**	**43017**	**-8,74**

Consultas Médicas (COM TELEMEDICINA)	1º Sem/2022 Cont.	1º Sem/2022 Real.	2º Sem/2022 Cont.	2º Sem/2022 Real.	Total 2022 Cont.	Total 2022 Real.	%
Primeiras Consultas Rede	9210	4167	11052	8322	20262	12489	**-38,36**
Interconsultas	1500	2968	1800	1992	3300	4960	**50,30**
Consultas Subseqüentes	10715	12001	12858	13567	23573	25568	**8,46**
Total	**21425**	**19136**	**25710**	**23881**	**47135**	**43017**	**-8,74**

Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	1º Sem/2022 Cont.	1º Sem/2022 Real.	2º Sem/2022 Cont.	2º Sem/2022 Real.	Total 2022 Cont.	Total 2022 Real.	%
Consultas Não Médicas	4500	4954	5400	5132	9900	10086	**1,88**
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3750	2701	4500	4154	8250	6855	**-16,91**
Total	**8250**	**7655**	**9900**	**9286**	**18150**	**16941**	**-6,66**

Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos (COM TELEMEDICINA)	1º Sem/2022 Cont.	1º Sem/2022 Real.	2º Sem/2022 Cont.	2º Sem/2022 Real.	Total 2022 Cont.	Total 2022 Real.	%
Consultas Não Médicas	4500	4954	5400	5136	9900	10090	**1,92**
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3750	2701	4500	4154	8250	6855	**-16,91**
Total	**8250**	**7655**	**9900**	**9290**	**18150**	**16945**	**-6,64**

Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)	1º Sem/2022 Cont.	1º Sem/2022 Real.	2º Sem/2022 Cont.	2º Sem/2022 Real.	Total 2022 Cont.	Total 2022 Real.	%
Cirurgias ambulatoriais CMA	150	187	180	211	330	398	**20,61**
Total	**150**	**187**	**180**	**211**	**330**	**398**	**20,61**

Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)	1º Sem/2022 Cont.	1º Sem/2022 Real.	2º Sem/2022 Cont.	2º Sem/2022 Real.	Total 2022 Cont.	Total 2022 Real.	%
Cirurgias ambulatoriais cma	1235	1101	1482	1388	2717	2489	**-8,39**
Total	**1235**	**1101**	**1482**	**1388**	**2717**	**2489**	**-8,39**

SADT Externo	1º Sem/2022 Cont.	1º Sem/2022 Real.	2º Sem/2022 Cont.	2º Sem/2022 Real.	Total 2022 Cont.	Total 2022 Real.	%
Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatológica	0	12	0	0	0	12	**0,00**
Diagnóstico por Radiologia	1050	1243	1260	1288	2310	2531	**9,57**
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	3100	3147	3720	4093	6820	7240	**6,16**
Métodos Diagnósticos em Especialidades	1850	1367	2220	1522	4070	2889	**-29,02**
Total	**6000**	**5769**	**7200**	**6903**	**13200**	**12672**	**-4,00**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM - HOSPITAL E MATERNIDADE SOTERO DE SOUZA - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo- SP,- 10 de abril de 2023.
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP- 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador
CRC/RS "S"- SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04